



Direção do Sindvigilantes/ AL quer conter onda de demissões nos Correios



Durante reunião, presidente do Sindvigilantes/AL, Cícero Ferreira, afirmou que tentará, juntamente com a CNTV, conversa diretamente com ministro das Comunicações

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes/AL) se reuniu na terça-feira (25) com o Superintendente dos Correios no Estado, Edmilson Bezerra. O motivo do encontro foi a demissão de 64 vigilantes das agências postais já a partir deste mês. Os 45 trabalhadores da Scottt e outros 19 da Tigre Vigilância começaram a receber o aviso prévio no dia 20 e podem ser demitidos a qualquer momento.

Bezerra afirmou que os cortes nos contratos estão ocorrendo porque o Ministério das Comunicações cortou recursos dos Correios em

todo o país. Segundo ele, não se sabe o que fazer diante da situação, pois a dispensa dos vigilantes aumentará a insegurança nos postos e agências postais.

O presidente do Sindvigilantes/AL e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cícero Ferreira, afirmou que a CNTV solicitará uma audiência com o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, para tratar diretamente com ele sobre o problema.

Fonte: Sindvigilantes/AL

Vigilantes do DF que prestam serviço na ANEL estão trabalhando em situação de risco



Vigilantes estão trabalhando fora do perímetro do órgão. Ministério Público será acionado.

Os vigilantes armados que prestam serviço na ANEL estão trabalhando em situação de risco. De acordo com denúncia feita pelo Sindicato dos Vigilantes, alguns trabalhadores da empresa Soberana, que prestam serviço para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), estão trabalhando fora do perímetro do órgão. Ou seja, completamente na rua.

Como uma das guaritas está localizada em uma área pública, o vigilante fica completamente exposto à ação de bandidos, bem como ao sol e à chuva. A situação é tão absurda que a estrutura que serve como guarita foi construída com uma espécie de material metálica reaproveitado. A empresa Soberana pertence ao presidente do

Sindicato Patronal.

Como dirigente do Sindicato da categoria, o deputado distrital Chico Vigilante vai acionar o Ministério Público do Trabalho para tomar providência contra a situação degradante que os trabalhadores estão submetidos.

“É inadmissível que o presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância Privada trate os trabalhadores com tamanha falta de respeito. Como representante dos patrões ele tem que dar o exemplo. Espero que os órgãos competentes ajam contra esse absurdo”, cobrou o deputado.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Após acordo, patrão espanca ex-funcionária e pega dinheiro de volta

Agressão foi filmada por câmeras de segurança de um elevador em Curitiba (PR)



Vítima foi agredida e roubada pelo ex-patrão dentro do elevador

(Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia) de Curitiba, ela foi ameaçada pelo ex-patrão.

— Ela chegou bem assustada. O ex-patrão afirmou que, se ela tomasse alguma medida, algo de pior poderia acontecer com ela.

Procurado, o empresário afirmou que irá se pronunciar em breve sobre o caso.

Fonte: R7

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) repudia a atitude do empresário e presta total apoio à vítima, que além de ser agredida fisicamente foi insultada enquanto mulher e trabalhadora. O presidente da entidade, José Boaventura, alerta para os acordos sem acompanhamento do sindicato de classe – algo que se tornará comum a partir de agora como consequência do pacote de maldades aprovado na Reforma Trabalhista.

“Infelizmente, o que podemos esperar de agora para frente é isso. Truculência de patrões, roubo a direitos trabalhistas e engano aos empregados que, sem necessidade do Sindicato para acompanhar a homologação, podem ser passados para trás”, lamentou.

Um homem foi flagrado agredindo sua ex-funcionária e roubando todo o dinheiro da rescisão de seu contrato, em Curitiba (PR). A agressão foi gravada por câmeras de segurança de um elevador.

O vídeo mostra a mulher e o homem entrando no mesmo elevador, logo depois de terem realizado o acordo demissional. Assim que a porta se fecha, Almir Souza, proprietário de um restaurante, se aproxima da vítima e começa a xingá-la. Depois, ele dá uma joelhada na ex-funcionária.

Em seguida, o agressor tenta roubar a bolsa da mulher onde estava o valor de R\$ 3.000, referente ao acerto de dois anos em que a vítima trabalhou no estabelecimento. Assim que a porta do elevador se abre, o homem sai com todo o dinheiro dentro da bolsa da mulher.

A vítima prestou queixa no 1º Distrito Policial da cidade. De acordo com o advogado do Sindehóteis

Fonte: CNTV

Temer não investiu o mínimo que a Constituição determina na saúde, diz CNS

Segundo análise do Conselho Nacional de Saúde, aplicação de verbas em 2016 ficou R\$ 253 milhões abaixo do valor exigido pela legislação



Segundo o CNS, o governo Temer deixou de aplicar, pelo menos, R\$ 253 milhões em saúde no ano passado

Pela primeira vez em 27 anos, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) reprovou as contas do Ministério da Saúde, chefiado pelo ministro Ricardo Barros, relativas a 2016. Segundo os conselheiros, a gestão do presidente Michel Temer não cumpriu a aplicação mínima de 15% das receitas orçamentárias em ações e serviços públicos da saúde, como determina a Constituição. Além deste, outros problemas foram apontados em um parecer pela Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) do CNS. “Essa é a mais clara demonstração do desmonte que estamos vivendo no Sistema Único de Saúde (SUS)”, afirmou o presidente do Conselho, Ronald Ferreira dos Santos.

Analisando o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2016 do Ministério da Saúde, o CNS concluiu que

o valor empenhado no ano passado em ações e serviços públicos de saúde foi de R\$ 106,2 bilhões, correspondente a 14,96% do total da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano, que chegou a R\$ 709,9 bilhões. No total, foram R\$ 253 milhões a menos na saúde pública em nível nacional. “O conselho atua em defesa do SUS. Essa atitude do governo Temer está em linha com a destruição do sistema de saúde, encaminhada, sobretudo, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que impõe um teto de gastos para o governo”, disse Santos.

Além disso, o Ministério da Saúde não compensou integralmente os restos a pagar cancelados em 2015, como determina a Lei Complementar 141, de 2012. Dos R\$ 922 milhões devidos, o governo Temer pagou R\$ 483 milhões, o que amplia o total da insuficiência de verbas ao SUS para R\$ 692 milhões. Todo este montante diz respeito apenas ao mínimo que o governo deve aplicar em saúde anualmente, desconsiderados os investimentos em novos equipamentos ou serviços.

Se comparados aos últimos dois anos, considerando o aumento da população brasileira e a atualização monetária, o gasto por pessoa do governo federal em saúde vem caindo. Em 2015, o Ministério da Saúde empenhou R\$ 520,03. Já em 2016, foram R\$ 515. Essa situação deve ser agravada com a aplicação efetiva do teto de gastos, que determina o reajuste do orçamento apenas pela

inflação, a partir de 2018.

O Conselho destacou ainda que, em novembro de 2016, recomendou ao Ministério a liberação de verbas contingenciadas, sob risco de afetar o atendimento à população. “(Recomenda) Que os valores do orçamento do Ministério da Saúde que estão contingenciados sejam imediatamente liberados para empenhamento em ações e serviços públicos de saúde para garantir a prestação de serviços à população, especialmente para as transferências fundo a fundo para Estados e Municípios”, diz o item 1 da Recomendação 015/2016. Outras recomendações do CNS também não foram atendidas.

Também foram determinantes para reprovação das contas do Ministério da Saúde, a inexistência de critérios para a escolha das despesas que deixariam de ser realizadas ou que foram executadas parcialmente, em razão do contingenciamento e a queda real dos valores das transferências fundo a fundo para estados, distrito federal e municípios. Segundo o Conselho, a partir da atualização monetária, a transferência em 2016 foi 5,33% menor que em 2014. Na prática significa que as cidades receberam menos dinheiro para a rede de saúde.

O relatório do CNS sobre as contas é encaminhado ao próprio Ministério da Saúde, que depois responde ao conselho. Depois disso, os conselheiros pretendem encaminhar o documento à Câmara dos Deputados e ao Ministério Público Federal. O CNS foi criado em 1937, como órgão consultivo. Em 1990 passou a ser deliberativo, com poderes para fiscalizar as contas da pasta e garantia de participação da sociedade – que detém 50% dos assentos –, dos trabalhadores, dos empresários e do próprio governo.

Por meio de nota, o Ministério da Saúde defendeu que cumpriu a aplicação mínima constitucional,

com base na receita corrente líquida, em ações e serviços públicos de saúde. “De acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, em 2016 o montante empenhado pela União foi de R\$ 106,2 bilhões. O valor corresponde a 14,7% da receita federal e supera, em termos nominais, em cerca de R\$ 10,9 bilhões o mínimo de R\$ 95,4 bilhões, quando calculado com base no parâmetro de 13,2% da RCL, definido pela Emenda 86/2015 e aplicável a 2016.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a União cumpriu em 2016 as determinações constitucionais e legais de aplicação do recurso mínimo no custeio de ações e serviços públicos de saúde (Acórdão nº 1320/2017).

A pasta informa, ainda, que com a aprovação no Congresso Nacional da Emenda à Constituição nº 95, o Governo Federal ampliou o gasto mínimo para a saúde em 2017. A EC 86 previa, em 2017, gasto mínimo com ações e serviços de saúde de 13,7% da Receita Corrente Líquida da União, chegando a 15% em 2020. Com a EC 95, esse percentual sobe para 15% já em 2017. Em 2017, sem a EC 95, o piso seria de R\$ 105,3 bilhões e com a aprovação do texto o piso e o gasto total subiram para R\$ 115,3 bilhões na Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso. Ou seja, mais R\$ 10 bilhões para a saúde em 2017”, diz a nota.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF